

PACO  EDITORIAL

COLEÇÃO
INTERDISCIPLINAR
VOLUME 8

DOUGLAS GALLO | LOUISE LOGSDON
HELIARA APARECIDA COSTA (ORG.)

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

DIALOGOS E PERSPECTIVAS





Dedalus-Acervo-IAU




93000007856

COLEÇÃO
INTERDISCIPLINAR
VOLUME 8

DOUGLAS GALLO | LOUISE LOGSDON
HELIARA APARECIDA COSTA (ORG.)

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

DÍALOGOS E PERSPECTIVAS

PACO  EDITORIAL

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna
Prof. Dr. Carlos Bauer
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista
Prof. Dr. Fábio Régio Bento
Prof. Dr. Gustavo H. Cepolini Ferreira
Prof. Dr. Humberto Pereira da Silva
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino
Prof. Dr. Juan Droguett
Profa. Dra. Ligia Vercelli
Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva
Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Romualdo Dias
Profa. Dra. Rosemary Dore
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

©2022 Douglas Gallo; Louise Logsdon; Heliara Aparecida Costa
Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra
pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar,
em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a
permissão da editora e/ou autor.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

H116

Habitação de interesse social no Brasil: diálogos e perspectivas / Douglas
Gallo (Organizador), Louise Logsdon (Organizadora), Heliara Aparecida Costa
(Organizadora). – Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2022.

(Interdisciplinar, V. 8)

164 p.; 14 X 21 cm

ISBN: 978-65-5840-777-5

1. Habitação - Brasil. 2. Ciências sociais. I. Gallo, Douglas
(Organizador). II. Logsdon, Louise (Organizadora). III. Costa, Heliara
Aparecida (Organizadora). IV. Título

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

CDD: 363.50981

Índice para catálogo sistemático
I. Habitação - Brasil

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Foi feito Depósito Legal

Class. 711.1381
Cutter. H 116
Tombo 5559
Ssyno 3157944

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
--------------	---

REPENSAR A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL: PERSPECTIVAS DE PROJETO	9
	<i>Heliara A. Costa</i>
	<i>Louise Logsdon</i>
	<i>Douglas Gallo</i>

A QUESTÃO HABITACIONAL NA FORMAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO: A EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR DO ESCRITÓRIO MODELO ÁTICO	29
	<i>Mariana Evelyn de Souza Inada</i>
	<i>Taymara Ingrid Leonardi</i>
	<i>Driely de Oliveira Carvalho</i>
	<i>Janine Martinez Bellincanta</i>
	<i>Alexandre Kenchian</i>
	<i>Douglas Gallo</i>

AS POSSIBILIDADES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-ENTIDADES: O CASO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA/SP	49
	<i>Mariana Garcia de Abreu</i>
	<i>Miguel Antônio Buzzar</i>

A POLÍTICA HABITACIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	75
	<i>Karina Marcondes Colet</i>
	<i>Louise Logsdon</i>

A QUESTÃO HABITACIONAL NA FORMAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO: A EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR DO ESCRITÓRIO MODELO ÁTICO^{1*}

Mariana Evelyn de Souza Inada

Taymara Ingrid Leonardi

Driely de Oliveira Carvalho

Janine Martinez Bellincanta

Alexandre Kenchian

Douglas Gallo

A questão habitacional e a formação em Arquitetura e Urbanismo

O processo de urbanização brasileiro (acelerado, fragmentado e descontínuo) e a questão habitacional estão entrelaçados e constituem facetas de um problema crônico de direito à cidade e de cidadania plena. Nossa Carta Magna, em seu artigo sexto, considera a habitação como um direito social fundamental de competência comum à União, estados e municípios (Brasil, 1988).

Com a intensificação da urbanização brasileira, iniciada na transição entre os séculos XIX e XX, e acentuada na segunda metade deste século, ocorre um aumento exponencial na demanda por habitação. Diferentes modalidades de moradia surgiram para acolher a massa trabalhadora que chegava às cidades, caracterizada por baixa qualidade, independente da forma de provisão, pública ou privada. As primeiras ações governamentais foram marcadas por forte apelo higienista (Bonduki, 2004).

1. * Versão revisada de artigo publicado na *Regrasp – Revista para Graduandos/UFSP* – campus São Paulo.

As políticas públicas de garantia de acesso à moradia a grupos mais vulneráveis, em um contexto contemporâneo, são relevantes para a compreensão de elementos fundamentais para a produção e reprodução do próprio espaço urbano. No decorrer da história, as políticas habitacionais têm passado por avanços e retrocessos no que diz respeito ao enfrentamento do grande déficit habitacional e à qualidade da habitação (Monteiro; Veras, 2017).

Para Maricato (2013), o planejamento urbano e a regularização urbanística no Brasil, ainda marcados por princípios modernistas, carecem de comprometimento com a realidade concreta da maior parte da população. Ao considerar, majoritariamente, as porções ordenadas do território, reafirma-se e se reproduz a desigualdade e os privilégios que historicamente estruturam a sociedade brasileira. Como a produção do espaço urbano é marcada pela especulação imobiliária e pelo aumento do preço dos imóveis, o reflexo mais evidente, ainda que na provisão habitacional legal, é a inserção dos projetos habitacionais em territórios segregados, favorecendo o espraiamento das cidades, a degradação ambiental e o aumento dos custos com provisão e manutenção da urbanização (Villaça, 2011).

Com o agravamento dos problemas urbanos, potencializado por um crescimento desordenado e pela ocupação irregular e autoconstrução em áreas ambientalmente vulneráveis e periféricas, foi-se moldando discursos e posições, ora favoráveis, ora contrários às formas mais espontâneas de moradia e sua integração com o tecido urbano (Maricato, 2011; Porangaba, 2019). No estado de São Paulo, berço da capital financeira do país, a cada nova gestão com investimentos concentrados em administrações falhas, muitas promessas são feitas, contudo, não garantem o direito à moradia e condições básicas a inúmeras famílias. A mesma fragilidade das políticas públicas é reverberada tanto em regiões metropolitanas, quanto no interior do Estado. Ainda assim, esses mesmos lapsos nas gestões municipais, provocam a resistência e luta de movimentos pela moradia e qualidade de vida dos cidadãos. Em torno dos anos 1980, por exemplo, a cidade de São Paulo foi marcada por diversas experiências habitacionais em regime de autogestão, pos-

sibilitando projetos e obras de conjuntos habitacionais promovidas por movimentos sociais assessorados por equipes técnicas.

No início dos anos 2000, por meio de emendas constitucionais, a moradia passou a ser reconhecida como direito social do cidadão, garantido pela Constituição Federal. O Estatuto da Cidade – Lei 10.257/01 (Brasil, 2001) – também representou um marco na política urbana que, aprovado em 2001, criou um instrumento para a assistência técnica e jurídica gratuita às comunidades vulneráveis (UNMP, 2020). Apenas em 2008, no governo Lula, é sancionada a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – Lei 11.888/08 (Brasil, 2008) –, que institui e regulamenta o acesso gratuito de famílias com renda de até três salários mínimos aos serviços de profissionais de Arquitetura e Urbanismo em diversas escalas (IAB, 2010). Assistência esta que abrange desde a promoção da regularização fundiária e reurbanização de favelas até a construção, reforma e ampliação de residências.

Iniciativas como esta, reforçam o importante papel da Arquitetura e Urbanismo nas políticas públicas, como direito do cidadão e da função social da cidade ao oferecer acesso equânime a bens, serviços, equipamentos sociais, saneamento básico e condição de habitação digna. Neste sentido, enquanto o debate crescia, inicialmente de forma expressiva junto às entidades científicas e de classe, encontrava resistência da comunidade acadêmica para sua inserção no ensino de Arquitetura e Urbanismo. A manutenção dos cânones modernistas de intervenção urbana e prática projetual na formação profissional foi a principal responsável.

No início da década de 1930, Lúcio Costa tentou inserir essa questão na reforma do ensino da, então, Escola Nacional de Belas Artes (atual FAU/UFRJ), porém a iniciativa não se concretizou. Em uma pesquisa realizada na década de 1970, por Siegbert Zannettini, junto aos cursos de Arquitetura e Urbanismo do estado de São Paulo, foi verificada uma produção arquitetônica resultante da estética, técnica e interesses do mercado imobiliário e da classe dominante, demonstrando total ausência de preocupações sociais (Porangaba, 2019).

Entretanto, já a partir dos anos 1980, o meio acadêmico passa a ser um espaço mais significativo para a inserção dos debates sobre a formação do arquiteto social. A criação das extensões universitárias coloca em pauta a assistência técnica junto às comunidades de baixa renda, sendo um dos mais importantes meios para integrar debates teóricos e práticas profissionais socialmente impactantes. O movimento estudantil, por meio de encontros e seminários regionais e nacionais, ampliou a discussão entre os estudantes, fortalecendo-se após a oficialização da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA), em 1992.

É sobre essa integração que a prática realizada pela Assessoria Técnica de Interesse a Comunidades Organizadas (Ático), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), se insere. O objetivo deste capítulo é apresentar esta experiência e discutir seu papel na formação e prática profissional dos envolvidos no processo.

A experiência do Escritório Modelo Ático – IFSP

A Ático se caracteriza como escritório modelo e extensão universitária, inserida no IFSP, campus São Paulo, atuando em conjunto a grupos organizados a fim de garantir a qualidade de vida e o direito à cidade, bem como ser um espaço de debate e formação para as comunidades em vulnerabilidade social. Consolida-se conforme o Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (Poema), documento elaborado pela FeNEA, que orienta os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (Emau²). Baseando-se nos postulados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

2. Emau significa Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, e é um projeto de Extensão Universitária unida à pesquisa e ao processo de graduação. Esse escritório surge da discussão a respeito da vivência e das práticas dos estudantes de Arquitetura durante a graduação, com a finalidade não só de completar a educação universitária, mas também de afirmar um compromisso com a realidade social da comunidade em que a universidade está inserida (FeNEA, 2005).

(Unesco) e da União Internacional de Arquitetos para a educação em Arquitetura e Urbanismo, um Emau visa, dentre outras coisas, “garantir qualidade de vida digna para todos os habitantes dos assentamentos humanos” (FeNEA, 2021).

Enquanto Escritório Modelo, foi fruto da união entre dois projetos de extensão universitária, a Rehabitar (foco habitacional) e a Humanizar (foco institucional), iniciados em fevereiro de 2016, pelos professores Alexandre Kenchian e Valéria Azzi Collet da Graça, do Departamento de Construção Civil do IFSP, a partir da demonstração de interesse dos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo na atuação em projetos de interesse social. Funcionando como um grande “guarda-chuva”, sob ele desenvolvem-se os projetos voltados ao interesse de comunidades organizadas, trabalhando não só com habitação, mas sendo facilitador de demandas diversas dessas comunidades em vulnerabilidade social. De modo geral, o Escritório Modelo atua em defesa da Extensão Universitária; na propagação do conhecimento técnico e expressões culturais; e no posicionamento diante de situações e cenários políticos e sociais alinhados ao direito à moradia e à cidade por todas as pessoas.

A atuação se faz diretamente junto à demanda de pessoas, em movimentos por moradia, que necessitam de orientação para construção e/ou reforma, o que vai ao encontro do que preconiza Benetti (2020). São realizados estudos de soluções construtivas em habitação e o seu espaço urbano, partindo do processo de projeto e de uma gestão horizontal entre todas as partes. As atividades realizadas não exigem responsabilidade técnica, valorizam o projeto e a conscientização sobre a importância e influência da habitação no bem-estar e qualidade de vida. Não há fins lucrativos, tampouco assistencialistas, sendo as atividades educacionais desenvolvidas franqueadas aos participantes. Desde então, vem atuando em diversos grupos de trabalho: no atendimento às comunidades e ocupações por melhoria da moradia e de seu espaço urbano; no projeto de melhoria de áreas públicas como praças e espaços institucionais como escolas; além da participação em fóruns, encontros

e seminários voltados à Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social (Athís); e, publicações sobre a mesma temática.

A Ático se estrutura com ações interdisciplinares para garantir que os processos participativos sejam efetivos em suas ações em comunidades, somando a horizontalidade das equipes à articulação de diversas áreas do conhecimento. Busca-se garantir o protagonismo das populações na construção coletiva de seus espaços, podendo embasar-se na construção civil, como também ir além dessa área, otimizando possibilidades de atuação. A troca interdisciplinar complementa a formação acadêmica, além de possibilitar que o trabalho com comunidades organizadas venha a atingir outros níveis de envolvimento. De acordo com Batistello (2018), a disseminação das tecnologias e a ampliação das habilidades que o arquiteto e urbanista devem dominar reforçam a necessidade de se trabalhar a interdisciplinaridade na formação universitária. A equipe da Ático é composta por estudantes e professores de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, com a colaboração externa de outras áreas do conhecimento, como estudantes de Psicologia e de Direito, como pode ser observado no relato a seguir:

[...] *Tem sido muito importante articular os conhecimentos teóricos do direito, em especial a questão urbanística, direito à cidade, os direitos à moradia, e outras concepções com essa parte mais prática da interação com os movimentos sociais, interação com outras unidades acadêmicas, outros grupos. [...]* (advogado e atualmente graduando em Arquitetura e Urbanismo, membro da Ático)

Atualmente conta-se com oito Grupos de Trabalho (GTs) ativos, localizados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), no interior e também no litoral do Estado. As atividades desenvolvidas são: na RMSP, Projeto Nova da Kantuta e Vila Santo Antônio do Canindé (Pari, região central de São Paulo); Ocupação Casa Helenira Preta (Mauá); Emef Estação Jaraguá (Jaraguá);

Ocupação Esperança e Ocupação Ribeirão Vermelho (Osasco); no Guarujá (litoral), Navegantes da Esperança; e no interior de São Paulo, o Projeto de Agrovila (município de Paranapanema). A seguir serão apresentados os trabalhos desenvolvidos nos seguintes GTs: Vila Santo Antônio, Ocupação Esperança e Ocupação Ribeirão Vermelho (Figura 1).



Figura 1. Localização na região metropolitana de São Paulo da Vila Santo Antônio do Canindé, Ocupação Esperança e as duas áreas que compõem a Ocupação Ribeirão Vermelho

Fonte: Google Maps, 2021.

Vila Santo Antônio do Canindé

Adjacente aos limites do IFSP, o bairro do Pari conta com mais de 400 anos entre as regiões do Canindé, Luz e Brás. Ocupando a várzea do Rio Tietê, é um bairro quase inteiramente plano, sendo também considerado área de várzea, e que, por tais configurações de sítio, sofre constantemente com a falta de um bom projeto de drenagem e com predominância de solo impermeabilizado. A Vila Santo Antônio do Canindé, localiza-se no

contexto apresentado anteriormente, em uma área muito próxima ao campus São Paulo do IFSP. Sua ocupação por moradores tem cerca de 70 anos e a partir de 2018 as atividades da Ático iniciaram-se na comunidade. Ao todo, vivem aproximadamente 120 famílias, boa parte delas em situação de precariedade e vulnerabilidade, sem acesso à infraestrutura urbana básica.

A atuação da Ático passou a diagnosticar e levantar a necessidade de projetos de melhorias habitacionais, saneamento e conexão com a infraestrutura urbana do entorno. Para um estudo para viabilização de usucapião do terreno da vila, a equipe entrou em contato com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, entidade responsável pelo assessoramento jurídico para a ação na área onde se localiza a comunidade, sendo então firmados com a Ático o acompanhamento, a elaboração de documentos e a assessoria técnica para o processo judicial em andamento. É preciso discernir como inserir-se nos contextos enquanto extensão universitária e as limitações da ação, como demonstra o relato a seguir:

[...] Não podemos salvar o mundo, estamos na atuação como um apoio técnico, mas não que não vai ter envolvimento, porque o envolvimento faz parte do técnico, mas que não podemos por nossa *vontade mudar a realidade das pessoas, as pessoas precisam querer mudar suas próprias realidades e estamos ali como facilitadores, pensando na formação eu acho que a prática me ajuda a entender algumas coisas mais teóricas que vemos na faculdade.* (graduando em Arquitetura e Urbanismo, membro da Ático)

Além disso, a equipe deste GT entrou em contato com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), no ano de 2018, apresentando um projeto de implementação de rede de esgotos e propondo um projeto de drenagem e pavimentação para a área. O programa “Se Liga na Rede” (Figura 2), naquele ano ainda em fase de testes para implementação, teve um

papel fundamental na conexão da rede de coleta de esgoto à rede pública, melhorando o sistema de saneamento básico da área.



Figura 2. Acompanhamento das obras do “Se Liga na Rede” na Vila Santo Antônio do Canindé e contato com os moradores, lideranças e participação em reuniões da associação de moradores, em 2019

Fonte: Acervo da equipe, 2019.

Para este projeto, considera-se a importância em promover a cooperação científica, técnica e tecnológica entre todos os agentes envolvidos, sejam eles do âmbito acadêmico ou do Poder Público para que a longo prazo alcance benefícios mútuos entre as entidades e, além disso, garantindo o acesso e a infraestrutura para qualidade de vida e o direito à moradia para a Vila Santo Antônio.

Ocupação Esperança

A expansão da atuação da Ático para a Região Metropolitana de São Paulo veio por meio do grupo de trabalho localizado na região Norte de Osasco, município da subregião Oeste da RMSP. A região da Ocupação Esperança localiza-se em uma área com entorno industrial, residencial e um extenso espaço de área verde particular. Há um forte contato com o Movimento Luta Popular por Moradia, que embasou a formação política e militante dos moradores e lideranças. O terreno foi ocupado em 2013, tendo cerca de 40 mil m², em situação de descumprimento da função social da propriedade, onde vivem hoje aproximadamente 500

famílias de trabalhadoras e trabalhadores da região. Com intensa organização, foi formada a Ocupação Esperança, que segue resistindo no mesmo local em busca de acesso à moradia digna.

Em setembro de 2016, um incêndio de grandes proporções ameaçou a Ocupação, desabrigando dezenas de pessoas em meio a um contexto de emissão de decretos para desapropriação e a impossibilidade de entrada no Programa Minha Casa Minha Vida (atual Casa Verde e Amarela, do governo federal) pelos moradores. As famílias que permaneceram no local reconstruíram as suas moradias a partir de ações autogestionárias. Apesar do incêndio, houve um fortalecimento da organização coletiva e um impulso para repensar o espaço de modo a evitar futuros incidentes. Nesse sentido, a ação fortalece o entendimento sobre a contribuição para a formação do profissional de Arquitetura e Urbanismo e as limitações da ação prática.

Das atuações da Ático na Ocupação Esperança, enfatiza-se a oficina por meio de mutirão para o início da construção da praça de uma creche, proposta por uma equipe de arquitetas atuantes junto à comunidade, anteriormente às ações da Ático na área (Figura 3). Realizada em 2019, a oficina Atuação Integrada no Espaço Urbano foi uma iniciativa do fórum Athis e Extensão Universitária,³ viabilizada através de um edital do CAU/SP para fomentar ações de Athis na RMSP. A demanda da praça foi levantada pelas próprias crianças através de assembleias entre os moradores que participaram da oficina, juntamente à equipe da Ático e voluntários do Fórum, culminando na execução do plantio de mudas no terreno e de um muro de arrimo com pneus realizado em mutirão.

3. A edição de 2019 do Fórum Regional de Athis e Extensão Universitária fez parte de um projeto selecionado no edital de chamamento público pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – São Paulo (CAU/SP). Contemplado pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (CGGDH), com a parceria do Entre:FAUs (Coletivo das Entidades Estudantis das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da Região Metropolitana de São Paulo), Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento São Paulo (IABsp) e FAU Mackenzie.

[...] Para o desenvolvimento da oficina de plantio de mudas, que foi realizada em maio de 2019, foram necessários muitos encontros com os moradores a fim de discutir quais eram seus anseios pro espaço que estava designado para a creche local e suas expectativas em relação ao nosso trabalho. Todos os finais de semana em que visitamos a ocupação fomos recebidos com muito carinho, o que demonstra que nossa atuação é bastante importante para a associação. (arquiteta e urbanista participante da oficina, pela Ático, na Ocupação Esperança)



Figura 3. Oficina realizada no fórum Athis e Extensão Universitária na Ocupação Esperança, em 2019

Fonte: Acervo da equipe, 2019.

Em depoimento de um dos líderes da Ocupação, a respeito do local e das ações realizadas no dia da oficina, pode ser observado um forte engajamento comunitário: “Agora temos que lutar com a prefeitura somos nós que fazemos tudo, colocamos nossas vidas em risco... Isso aqui vai ser que nem o Morumbi II, olha que linda vista nós temos”.⁴

Ocupação Ribeirão Vermelho

Acerca dos trabalhos na Ocupação Ribeirão Vermelho, também localizada na zona norte de Osasco, o GT é uma parceria

4. Autor Iman Abou Mahmoud, do relatório de oficinas do Fórum Athis 2019: Atuação Integrada no Espaço Urbano, realizada no dia 18 de maio de 2019, Período: das 9h00 às 17h00 com contribuições do Conselho Executivo do Fórum Athis e Extensão Universitária.

com Emau Colmeia (extensão universitária da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus Presidente Prudente). Por meio de um contato direto com as lideranças comunitárias durante o período da pandemia do coronavírus (covid-19), foi firmada uma parceria que objetivou a regularização fundiária e urbanização da área, pela luta e permanência dos moradores no local não obstante às pressões da prefeitura para desocupação da área. Esta parceria entre escritórios modelo reviveu as atividades da equipe para a elaboração de ações na área, como observado no relato:

[...] o renascimento do EMAU trouxe muito ânimo para pensar um espaço de formação e atuação dirigido por e para estudantes. Acredito que tenha sido fundamental na minha saúde mental ter a chance de congrega com pessoas do primeiro ao quinto ano com vontade de intervir na realidade, dando retorno prático para a sociedade. (graduando em Arquitetura e Urbanismo e membro do Emau Colmeia)

As áreas que fazem parte da Ocupação são compreendidas pelos moradores como Brahma e Eletropaulo, conforme o histórico de ocupação no local, mas sem ligação direta com a marca de bebidas e a concessionária de energia. No que diz respeito à quantidade de famílias presentes no território, existiam cerca de 160 famílias, porém, quando das desapropriações protetivas da Área de Preservação Permanente (APP), realizada pela Prefeitura Municipal de Osasco, algumas famílias deixaram o local tendo garantida uma “bolsa aluguel” pelo Poder Municipal.

É importante ressaltar os mecanismos legislativos que são utilizados na tentativa de solucionar aspectos de planejamento isoladamente, sem um estudo profundo do contexto histórico e social de uma área de risco ocupada pela luta por moradia. Medidas mitigatórias nem sempre garantem a moradia e a qualidade de vida das populações, inclusive no respeito à história da ocupação e dos laços com o território e o entorno que foram cons-

truídos ao longo de todos os anos de permanência. Qualidade e direitos básicos são marcados na fala transcrita abaixo:

[...] Quando eu comecei a organizar os vizinhos, os alunos, os ex-colegas de sala que também moravam ali, alguns, e falávamos – vamos transformar essa comunidade, vamos transformar nosso lugar num bairro – Porque foi com muita luta que chegou a água, foi com muita luta que chegou os recursos de saneamento básico... Saneamento básico, tá a palavra né, é básico! O transporte. Não temos esgoto, mas temos coleta seletiva na porta, temos a luz, temos a água e transporte público. [...] E com isso a gente aprende a multiplicar também o conhecimento. Aprende a transformar pelo conhecimento da lei né, que parece que é tão distante. [...] (liderança da Associação de Moradores Unidos do Ribeirão Vermelho)

Para a ação do Escritório Modelo na área, foram realizadas algumas reuniões on-line no ano de 2020 e no fim do mesmo ano; surgiu a oportunidade de participar da submissão de um projeto de diagnóstico, plano urbano e melhorias habitacionais para a Ocupação Ribeirão Vermelho e também a Ocupação Esperança, descrita anteriormente. O projeto está em desenvolvimento com a parceria entre o Escritório Modelo Ático, o Emau Colmeia e a organização sem fins lucrativos Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado (Figura 4).



Figuras 4. Visita técnica da Equipe Ático em contato com a área e com os moradores da Ocupação Ribeirão Vermelho
Fonte: Acervo da equipe, 2021.

Projeto: Mitigação dos Conflitos Fundiários no Contexto Metropolitano: Ocupação Ribeirão Vermelho e Ocupação Esperança em Osasco-SP

As Ocupações Esperança e Ribeirão Vermelho, grupos de trabalho da Ático, passaram a fazer parte da submissão para o chamamento 006/2020⁵, do CAU/SP, iniciado no segundo semestre de 2020. Assim, se estabelece o projeto “Mitigação dos Conflitos Fundiários no Contexto Metropolitano: Ocupação Ribeirão Vermelho e Ocupação Esperança em Osasco-SP” envolvendo os trabalhos da Ático com o Emau Colmeia e as associações de moradores de ambas as Ocupações. O termo de fomento do CAU/SP tem como objetivo conectar profissionais em Arquitetura e Urbanismo, ampliar a atuação profissional, capacitar e fomentar a aplicação da Lei 11.888/08 pelo estado de São Paulo. Para a proposição do plano de trabalho pelos escritórios modelo atuantes nos GTs, uma importante parceria foi firmada com a assessoria técnica Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado.

A “Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado”, fundada em 1992, é uma organização sem fins lucrativos, composta por profissionais que optaram por atuar com ações voltadas aos direitos à cidade, à moradia e à garantia dos direitos humanos e sociais, no atendimento à população de baixa renda, e por isso, no decorrer dos anos, o campo de atuação foi sendo ampliado.

5. Parceria para Termo de Fomento em Athis para Ações Emergenciais. São desenvolvidas ações de projetos e capacitação, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP). O objetivo do edital proposto pelo CAU/SP é a seleção de Organizações da Sociedade Civil (OSC) para firmar parcerias por meio de um termo de fomento, para o desenvolvimento e a execução de projetos de “Apoio à ATHIS”, atendendo à Lei Federal nº 11.888/2008, e ainda, incorpora o estabelecimento de parcerias entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil para a capacitação e difusão da assistência técnica. Tal incentivo é feito por meio da contratação de profissionais em arquitetura e urbanismo pelas entidades parceiras no projeto para a atuação nos territórios descritos. O projeto está em desenvolvimento durante a escrita deste capítulo.

Voltada para movimentos de moradia, em especial com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), a assessoria atua na elaboração de projetos urbanísticos e arquitetônicos, e acompanhamento das obras para Habitação de Interesse Social (HIS), por meio da autogestão na produção habitacional, contrapondo-se à lógica de mercado.

A partir de 2020, o objetivo da Ambiente Trabalhos passou a ser a formação e a capacitação, bem como a realização de atividades de relevância pública e social com a finalidade de contribuir para um projeto popular e democrático da cidade. Tendo em vista que as parcerias entre profissionais e acadêmicos, que partilham do projeto político na defesa de direito dos trabalhadores, potencializam a organização popular, a participação conjunta na elaboração e desenvolvimento do projeto nas Ocupações em Osasco, é uma importante ponte para a luta por moradia e resistência nos espaços habitados, conforme o relato da assessoria:

Ainda que seja uma intervenção cuja a mesma equipe não poderá dar continuidade no processo, é um avanço, pois, com todo contexto político vivenciado, é considerada a vontade e realidade do grupo atendido, elementos fundamentais para fortalecer e estimular a participação popular. Além disso, fomenta a organização de outras comunidades, a história de uma comunidade é a história de muitas no país. (arquiteta fundadora da Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado)

Dessa forma, o plano de trabalho e os andamentos das atividades estão sendo feitos de forma conjunta, com a organização do projeto, detalhamento das propostas, diagnósticos e levantamentos em campo durante a vigência do termo de fomento. Esse é um importante marco para o Escritório Modelo, no que tange à importância de parcerias e apoios entre diferentes esferas de atuação em Athis para a garantia do direito à moradia nas cidades e o fomento de mais ações e redes de atuação a longo prazo no

país, apesar do contexto atual, frente à pandemia do coronavírus (covid-19) que transforma relações, como afirma no relato:

[...] A gente tá num cenário horrível por conta da pandemia, as pessoas mais prejudicadas são as pessoas da periferia. É muito difícil ter acesso à higiene e ter acesso a muitas outras coisas, então [...] até a forma de aproximação está sendo difícil porque tem que ser tudo virtual. [...] A gente está à frente dessa coordenação, eles estão à frente da coordenação em si, porque a gente escreveu o projeto juntos, então nada mais justo de estar à frente das discussões, tentando levar tudo de forma bem horizontal. [...] Acho que é um grande aprendizado pra todo mundo e a gente está tentando fazer da melhor forma possível juntos. (arquiteta coordenadora do projeto pela Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado)

Considerações finais

A Ático dedica seus esforços a democratizar o aprendizado acadêmico, sendo a educação e a formação política os instrumentos para garantir às comunidades vulneráveis o direito a uma moradia digna e o direito à cidade. É importante ressaltar que a extensão universitária é atividade que, por excelência, faz com que a sociedade tome conhecimento da importância da universidade e da formação como ferramenta de luta e mudança. Dessa forma, deve ser reconhecida como geradora de conhecimento técnico e científico, e ainda como um agente essencial de transformação da sociedade, seja como forma de Escritório Modelo, laboratórios, ações práticas e/ou teóricas.

É necessário apontar, ainda, uma crítica à ação unilateral em que muitas vezes se desenvolve a Construção Civil, em que o fluxo de conhecimentos ocorre exclusivamente do profissional para com a comunidade, de forma assistencialista e clientelista. Tal fluxo não mantém uma troca com as comunidades, um contínuo

intercâmbio de informações e constante participação delas, sem barreiras ou hierarquias durante todo o processo de trabalho. É imprescindível, portanto, valorizar o trabalho coletivo, a atuação horizontal e a interdisciplinaridade entre todos aqueles que compõem o projeto de habitação e a dimensão político-social durante toda a formação do profissional em Arquitetura e Urbanismo.

A questão da habitação e os problemas que hoje a envolvem são estruturais, desencadeiam déficits na formação dos cidadãos, no acesso e garantia de serviços básicos e na segurança de toda a sociedade. À sociedade civil e articuladores de políticas públicas para habitação, cabe incentivar, participar, exigir e fiscalizar as gestões públicas para o cumprimento e investimento em políticas habitacionais de interesse social, além da infraestrutura urbana e regularização fundiária inerentes ao direito de habitar nas cidades. A questão habitacional carece de comprometimento por parte do poder público e também do debate e ação concreta das instituições de ensino superior, particularmente em Arquitetura e Urbanismo. À formação profissional com saberes técnicos deve-se integrar a formação humana socialmente engajada, com consciência política dos saberes construídos em cada realidade que faz parte da experiência urbana.

Agradecimentos

Agradecemos a todas as pessoas que contribuíram com o capítulo por meio de seus relatos e experiências nos trabalhos desenvolvidos. Ao Emau Colmeia, pela parceria e fortalecimento da extensão universitária. À Isabel Cabral, arquiteta fundadora da Ambiente Trabalhos. À Paula Paschoal, arquiteta coordenadora do projeto "Mitigação dos Conflitos Fundiários no Contexto Metropolitano: Ocupação Ribeirão Vermelho e Ocupação Esperança em Osasco-SP" pela Ambiente Trabalhos.

Referências

- BATISTELLO, Paula. **Saberes interdisciplinares em arquitetura e urbanismo**: um modelo gamificado como incentivador do processo projetual. 2018. 353f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BENETTI, Pablo. **Desafios para o projeto urbano, metodologia e conceitos**: a necessária constituição de um sujeito. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2020.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil** – Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Casa Civil, 1988.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.257 – Estatuto da Cidade**. Brasília: Casa Civil, 2001.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.888 – Assistência Técnica Pública e Gratuita**. Brasília: Casa Civil, 2008.
- FeNEA. Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **POEMA**: Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo. FeNEA, 2005.
- FeNEA. EMAU. Disponível em: <https://bit.ly/3LYO25Y>. Acesso em: 05 jul. 2021.
- IAB. Instituto de Arquitetos do Brasil. **Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social**. 1. ed. São Paulo, maio de 2010.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAGNER, Carlos;

- MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, v. 16, p. 1-13, 2017.
- PORANGABA, Alexsandro Tenório. **O lugar da habitação de interesse social no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil**: uma análise curricular (1930-2018). 2019. 324f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- UNMP. União Nacional por Moradia Popular. **Cartilha de regularização fundiária**. 1. ed. São Paulo: UNMP, 2020.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 2011.